

Editorial

Este primeiro número do terceiro volume da COGNITIO-ESTUDOS: Revista eletrônica de filosofia deve ser comemorado por vários motivos, dos quais quero ressaltar alguns, que me parecem muito significativos.

Em primeiro lugar, há que se comemorar a periodicidade da publicação. É notória a carência de um amplo público leitor em nosso país, ainda mais em filosofia. Some-se a isso o alto custo dos livros, em geral, e especialmente o das publicações acadêmicas, cujo público leitor é ainda mais restrito. De fato, mesmo com o crescimento do mercado editorial brasileiro, assistimos ultimamente a uma elevação dos preços e a uma fetichização crescente do objeto-livro, o que só leva, no nosso país, particularmente, à elitização social da leitura e ao encerramento do conhecimento no domínio de grupos cada vez mais restritos e privilegiados. Nesse contexto, a utilização inteligente da Internet como meio de publicação ainda está para ser devidamente aproveitada pela universidade brasileira, como forma de difundir o conhecimento que produz e de democratizar o acesso a esse conhecimento, rompendo com o paradigma de que os resultados da produção científica devam ser ofertados à sociedade como mais um tipo de mercadoria, sob o controle mais ou menos estrito de interesses econômicos privados. Unindo a facilidade de acesso e o baixo custo da publicação, a Internet pode ser um meio de democratização e de expansão semiótica, digamos assim, do conhecimento. A COGNITIO-ESTUDOS, pela natureza de sua iniciativa e pelas diretrizes de seu projeto editorial, firma-se, nesse contexto, como tentativa pioneira e, dado o contexto brasileiro, marcante, de difusão do conhecimento.

Em segundo lugar, é preciso ressaltar que tal difusão necessariamente não significa ou acarreta perda de qualidade ou baixa exigência intelectual. Em outras palavras, não se trata de mera vulgarização do conhecimento, forma populista da qual os filiteus culturais de nossa época se utilizam duplamente: ou para propagandear e vender seus produtos plenos de pseudo-sabedoria e receitas de uma pseudo-felicidade imediatista -

pensemos nos milhares de livros de auto-ajuda (que, aliás, dizem sempre as mesmas coisas), vendidos à mancha nas livrarias, cuja verdade de suas palavras é tão efêmera que ninguém se lembra deles depois de dois ou três meses da leitura; ou para atacar a genuína produção intelectual, que acusam de elitista, por supostamente não falar a linguagem das pessoas "normais", partindo da pressuposição de que, para se democratizar o conhecimento, é preciso necessariamente torná-lo "mais fácil" - numa estratégia cínica de desmoralização e deslegitimação da produção acadêmica, em favor de interesses que não cabe, aqui, explicitar (mesmo porque esses interesses não são esclarecidos). A COGNITIO-ESTUDOS, mais uma vez, prima pela qualidade de seus artigos, mostrando que é possível aliar divulgação pública e alto nível intelectual. Em terceiro lugar, dentro de um espírito de estimular um diálogo internacional verdadeiramente cosmopolita (e não simplesmente globalizado), a COGNITIO-ESTUDOS traz, pela primeira vez, duas publicações estrangeiras. Em novembro de 2005, novamente vários professores e estudantes brasileiros e estrangeiros participaram do 8º Encontro Internacional sobre Pragmatismo. Dos estudantes estrangeiros que apresentaram comunicações, são agora publicadas as de David Agler, mestrando que desenvolve pesquisa junto ao Peirce Edition Project, na Indiana University, nos E.U.A., e Maria Luisi, doutoranda em filosofia na Università degli Studi di Milano, na Itália. O artigo de Maria Luisi aborda a relação, na filosofia de Peirce, entre os conceitos de percepto e de juízo perceptivo, enfatizando a importância da idéia da continuidade para a fenomenologia do autor. O texto de David Agler, por sua vez, propõe uma discussão introdutória ao conceito de self semiótico na filosofia de Peirce. Peirce defendia a natureza sígnica do ser humano - essa idéia, analisada por David Agler, é peça-chave na refutação do cartesianismo e na idéia de que a personalidade deve ser entendida segundo critérios de reconhecimento claro e distinto de uma subjetividade unitária individual.

Dentre os autores nacionais, a colaboração de Mariana Tavares Ferreira também propõe um estudo do self, mas numa comparação entre o pensamento budista e o de William James. Para James, o self se constitui ou segundo o conceito de fluxo de pensamento ou num fluxo de experiência pura; a subjetividade, por isso, é fruto de experiências ativas de conhecimento, não é atributo uma entidade metafísica consciente de si mesma. Para a autora, é possível ver essa idéia presente também no budismo, em torno à concepção de anatman. Já o artigo de Maria Amélia de Carvalho apresenta reflexão sobre a qualidade estética da atividade fenomenológica de observação, também segundo Peirce,

estabelecendo, com isso, um contraponto com o artigo de Maria Luisi e também com o de Mônica Bernardo Schettini Marques; discutindo contexto histórico de profusão semiótica do século XIX, marcado pelo surgimento de novas formas sógnicas nas artes (notadamente a fotografia e o cinema), na arquitetura e na organização da vida social nas cidades, a autora propõe a consideração de mais elementos para se pensar a semiótica de Peirce - novas formas de significação exigem novas categorias de percepção e pensamento. Também o artigo de Leoni Maria Padilha Henning propõe um retorno ao contexto do século XIX, analisando a interpretação feita por Durkheim do pragmatismo. Com efeito, Durkheim entende o pragmatismo em estreita ligação com a sociologia, nova ciência dos assuntos humanos que atinge estatuto de maioridade no século XIX. Para o pensador francês, o pragmatismo tem o mérito de ser a única teoria da verdade de sua época; além disso, partilha com a sociologia um traço fundamental do espírito da época, a saber, o fato de ser uma filosofia da vida e da ação, conforme suas próprias palavras. No entanto, Durkheim tece duras críticas ao pragmatismo, por nele ver um perigoso ataque ao racionalismo em geral e ao racionalismo francês em particular.

O artigo de Henrique Hissataka propõe uma análise comparativa entre as idéias de Hannah Arendt e Peirce, num meritoso esforço de reflexão pessoal sobre o problema da banalidade do mal. Segundo o autor, se considerarmos a análise feita por Hannah Arendt da burocracia nazista, que tinha o escopo de organizar a chacina nos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, é possível ver como o aferrar-se ao método de autoridade para a fixação da crença leva, tal como descrito por Peirce, à efetivação banal do mal, como mera consequência do seguimento de ordens. Temos, com isso, uma problematização ética da idéia de seguir uma regra e criar um hábito de conduta extremamente rígido, sem considerar as circunstâncias práticas particulares de concretização das idéias em ações.

O artigo de Marco Antônio Sousa Alves aborda um tema muito freqüente na discussão filosófica contemporânea, o da legitimidade universal das justificações do nosso conhecimento. Partindo da idéia de comunidade indefinida de investigação, na filosofia de Peirce, o autor perpassa a discussão contemporânea sobre a necessidade de uma fundamentação para justificar se uma dada forma de discurso, uma dada norma ou imperativo etc. são aceitáveis ou plausíveis. Nessa discussão, a análise é centrada na

idéia de um transcendental construído numa comunidade ideal de comunicação, segundo Karl-Otto Apel, na de um consenso obtido intersubjetivamente numa situação ideal de fala (ou de discurso), segundo Jürgen Habermas, e na do historicismo neopragmatista de Richard Rorty, para quem toda justificação tem de ser entendida de acordo com o contexto social e histórico contingente no qual emerge, abandonando, com isso, pretensões universalistas. O artigo de Josué Cândido da Silva, que analisa a interpretação feita por Apel da filosofia de Peirce e as críticas feitas a Apel por outros intérpretes da obra de Peirce, estabelece um diálogo com o de Marco Antônio Sousa Alves. Ao abordar as relações entre a interpretação transcendental da semiótica, proposta por Apel, e a interpretação empírica da semiótica, contraposta por Apel, o artigo de Josué Cândido da Silva aborda o mesmo problema apresentado no anterior: a possibilidade de fundamentação, em termos empíricos ou transcendentais, das nossas pretensões de validade e objetividade - poder-se-ia dizer, de universalidade, do nosso conhecimento. E podemos dizer que o artigo de José Renato Salatiel também fica dentro dessa temática, como se fosse o resgate das origens, apresentando justamente as bases sobre as quais o debate contemporâneo apresentado pelos outros dois artigos se erigiu: a crítica de Peirce à dedução das categorias na Crítica da Razão Pura, bem como a derivação fenomenológica das categorias peircianas.

Vemos, assim, uma interessante heterogeneidade dos assuntos nos temas dos artigos ora publicados. Ainda que dentro do espectro teórico do pragmatismo, os artigos deste número buscam relacionar autores, temas e tradições aparentemente desconexos. Heterogeneidade não significa diletantismo, e os artigos dialogam tematicamente entre si, ainda que sem a intenção proposital dos autores. Esperamos que essa heterogeneidade continue nos próximos números, aliada à qualidade e à seriedade das publicações já publicadas.

Cassiano Terra Rodrigues

Comissão Editorial